

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	SOCIEDADE INTERNACIONAL E	
	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO.....	1
1.1.	Características da Sociedade Internacional.....	1
1.2.	Direito Internacional Público: Classificação, Conceito e Princípios Gerais.....	3
CAPÍTULO 2	SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	7
2.1.	Estados	10
2.2.	Organizações Internacionais.....	12
2.2.1.	A Organização das Nações Unidas.....	15
2.2.2.	Mercosul	22
2.3.	Os Indivíduos	27
2.4.	Casos Especiais	29
2.4.1.	Comitê Internacional da Cruz Vermelha.....	29
2.4.2.	A Santa Sé.....	31
2.4.3.	Movimentos de Libertação Nacional.....	32
2.4.4.	Insurretos e Beligerantes	34
2.5.	Legislação Correlata (Excertos).....	35
2.5.1.	Estatuto da Corte Internacional de Justiça (1945).....	35
2.5.2.	Protocolo de Olivos Para a Solução de Controvérsias no Mercosul.....	43
CAPÍTULO 3	FONTES DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	53
3.1.	O Costume Internacional	55
3.2.	Princípios Gerais de Direito.....	56
3.3.	Tratados	57
3.3.1.	Fases de Elaboração de um Tratado.....	59
3.3.2.	Internalização dos Tratados ao Ordenamento Brasileiro	65



3.3.3. Extinção dos Tratados	67
3.4. Resoluções das Organizações Internacionais	70
3.5. Declarações Unilaterais de Vontade dos Estados	71

CAPÍTULO 4 AS RELAÇÕES ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL E O DIREITO INTERNO	73
4.1. As Correntes Teóricas Clássicas	76
4.1.1. O Dualismo	76
4.1.2. O Monismo	79
4.2. Variações Teóricas	82
4.2.1. Teorias Conciliatórias	82
4.2.2. O Surgimento das Versões “Moderadas”	83
4.3. Tratados de Direitos Humanos	84
4.3.1. A Especificidade dos Tratados de Direitos Humanos	84
4.3.2. Superação das Teorias Monista e Dualista: O Princípio da <i>Norma Mais Favorável ao Indivíduo</i>	87
4.3.3. Os Tratados de Direitos Humanos no Sistema Constitucional Brasileiro	90
4.4. A Posição do Supremo Tribunal Federal em Relação aos Tratados	97
4.5. Conclusão	104

CAPÍTULO 5 RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DOS ESTADOS	107
5.1. Responsabilidade do Estado por Atos Praticados por seus Agentes	111
5.2. Responsabilidade do Estado por Atos Praticados por Particulares em seu Território	114
5.3. Danos a Particulares e o Instituto do Endosso Diplomático	116
5.4. Excludentes da Responsabilidade	121

CAPÍTULO 6 IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO	125
6.1. Imunidade de Jurisdição do Estado Soberano	125
6.1.1. A Possibilidade do Brasil se Submeter à Jurisdição Estrangeira	130
6.1.2. Jurisprudência Brasileira Sobre Imunidade de Jurisdição dos Estados	132
6.2. Imunidades Diplomáticas e Consulares	135
6.3. Legislação Correlata (Excertos)	140
6.3.1. Convenção de Viena Sobre Relações Diplomáticas (1961)	140
6.3.2. Convenção de Viena Sobre Relações Consulares (1963)	148

CAPÍTULO 7	DIREITO INTERNACIONAL DO MAR.....	167
7.1.	Mar Territorial.....	168
7.2.	Zona Contígua.....	171
7.3.	Zona Econômica Exclusiva	172
7.4.	Alto-Mar	173
7.5.	Plataforma Continental e Fundos Marinhos (A Área).....	175
7.6.	Solução de Controvérsias.....	177
7.7.	Legislação Correlata (Excertos).....	178
7.1.1.	Convenção de Montego Bay (1982).....	178
CAPÍTULO 8	ASILO E REFÚGIO	199
8.1.	Diferenças Entre Asilo e Refúgio	201
8.2.	Asilo Diplomático e Asilo Territorial	206
8.3.	Legislação Correlata.....	210
8.3.1.	Convenção de Caracas Sobre Asilo Diplomático (1954)	210
8.3.2.	Convenção de Caracas Sobre Asilo Territorial (1954).....	213
CAPÍTULO 9	MEIOS DE SOLUÇÃO PACÍFICA DAS CONTROVÉRSIAS.....	217
9.1.	Meios Não-Jurisdicionais de Solução de Controvérsias.....	219
9.2.	Meios Jurisdicionais de Solução de Controvérsias	221
BIBLIOGRAFIA	225
ÍNDICE REMISSIVO.....	231

